

O corte da Sexualidade – A emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil

Richard Miskolci*

Resumo: No Brasil de fins do século XIX, vários discursos tinham como eixo articulador a categoria nação e o temor de que ela se encontrasse sob risco degenerativo (Borges, 2005). Este diagnóstico conectou ciência, política e literatura em um processo de reconfiguração de nossa sociedade marcado pela emergência do dispositivo de sexualidade. Uma análise sociológica queer pode auxiliar na compreensão das relações estratégicas entre discursos políticos, científicos e literários do período de forma a esclarecer o papel deste dispositivo em nosso país, já que, em uma sociedade pós-colonial e escravista, a emergência do dispositivo de sexualidade tende a ocorrer por meio de uma forma peculiar de sexualização da raça e racialização do sexo (Brah, 2006). A partir da análise sociológica da rede que articula discursos literários, científicos e políticos do período, buscarei compreender este processo histórico no Brasil de forma a discutir seu eixo provável na heteronormatividade (Berlant e Warner, 2002; Halperin, 2002).

Palavras-Chave: Dispositivo de Sexualidade – Michel Foucault – Teoria *Queer* – Sexualização da Raça – Racialização do Sexo

Abstract: At the turn of XIX to XXth century, in Brazil, many discourses had as an articulation axis the category nation and the fear that it were at degenerative risk (Borges, 2005). This diagnosis connected science, politics and literature in a process of reconfiguration of Brazilian society marked by the emergence of the sexuality apparatus. A queer sociological analysis might help to comprehend strategic relations between political, scientific and literary discourses in a way that it may clarify the role of this apparatus in a post-colonial and post-slavery society, id est, in a society in which the emergence of the sexuality apparatus can occur associated to a peculiar process of sexualization of race and racialization of sex. Starting with the sociological analysis of the network that articulates literary, scientific and political discourses of the time, this article intends to present this historical process in Brazil discussing its probable axis in heteronormativity (Berlant and Warner, 2002; Halperin, 2002).

Key-Words: Sexuality Apparatus – Michel Foucault – Queer Theory – Sexualization of Race – Racialization of sex

* Departamento de Sociologia – UFSCar e coordenador do Grupo de Pesquisa Corpo, Identidade Social e Estética da Existência na mesma universidade. Este artigo sintetiza reflexões preliminares de um projeto temático que articula a investigação do professor pesquisas de iniciação científica na Graduação em Ciências Sociais e de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Brasil deixou de ser uma sociedade monárquica escravista para se tornar uma sociedade livre e republicana, mas moralmente conservadora e racista. As mudanças geraram reflexões teóricas e romances, os quais, a despeito das diferenças de forma, confluíam para uma mesma maneira de compreensão do país e seus problemas fincada do diagnóstico de degeneração (Borges, 2005, p.44).

Na Europa, assim como nos Estados Unidos e no Brasil, surgiram diversos livros sobre a necessidade do controle da hereditariedade humana e, principalmente, sobre as supostas ameaças degenerativas. Elas eram apontadas em toda forma de comportamento que se desviasse da norma burguesa, mas em sociedades marcadas historicamente pela escravidão o temor maior residia na miscigenação, termo criado pela ciência racial norte-americana para desqualificar as uniões entre pessoas de raças diferentes¹, o que, segundo se acreditava, ameaçaria a constituição da nação como coletividade “saudável”.

As transformações na sociedade brasileira se deram de forma a conectar mudanças na família a outras em nível coletivo. Alguns afirmam a substituição progressiva da família patriarcal pela burguesa, o que seria visível na crescente interferência do discurso médico para reduzir o poder do velho *pater familias* e sublinhar o papel da mãe como responsável pela prole e os cuidados privados da unidade doméstica.² Outros contestam tal análise e afirmam continuidades dentro da aparente forma nova da família. Para além desta polêmica, o que interessa neste artigo é apontar como, no final do século XIX, o dispositivo da aliança se associou ao da sexualidade no

¹ Raças não são entidades naturais pré-existentes, antes grupos sociais criados por relações de poder desiguais e práticas discriminatórias. Nancy Leys Stepan afirma que a ciência, particularmente no ramo biológico, criou as fronteiras entre supostas raças, mas esta criação assentada no poder institucional científico e em sua suposta neutralidade foi erodida pela compreensão contemporânea de que a ciência é sempre marcada por interesses sociais, políticos e culturais do momento histórico em que se insere (Cf. Stepan, 1996, p. 136).

² Vários estudos explicitam a importância que os saberes eugênicos atribuíam à mãe-biológica (branca) na nova ordem social brasileira marcada por ideais higiênicos e disciplinares. Em fins do dezenove, emerge um novo modelo de maternidade, retiram-se as crianças brancas do cuidado das mulheres negras e atribui-se à mãe branca a responsabilidade pelo trato e pela disciplina que formaria os bons cidadãos brasileiros (Borges, 2005; Beluche, 2006; Bocayuva, 2007).

Brasil de forma a inserir a família em um novo regime de verdade e, portanto, em uma nova ordem estratégica do poder.³

Este artigo parte da hipótese de que a compreensão das transformações históricas pelas quais passou a sociedade brasileira no fin-de-siècle, exige ir além do marco da mudança do regime político do Império para a República, da adoção simbólica da data da Abolição como definidor da instituição de uma sociedade livre, mas delimitar e compreender processos sociais amplos que apenas se tornaram mais visíveis neste período. Datas como a da Abolição, a Proclamação da República, cristalizaram mudanças já em andamento, mas mal deixam entrever processos sociais correntes como o da articulação de discursos e práticas sociais dentro de uma nova ordem do poder. Esta nova relação estratégica entre várias esferas do social pode ser acessada por meio da reconstituição da rede entre os discursos e práticas que lhe davam sustentação, rede que forma um dispositivo que cindiu a história da sociedade brasileira: o dispositivo de sexualidade.

A compreensão de um dispositivo implica uma “cartografia” dos discursos que formam sua rede.⁴ No caso brasileiro de fins do dezenove, destacam-se três discursos principais: político, científico e literário. Eles se intersectam de forma que sua análise permite reconstituir o regime de verdade que lhes servia de base comum. De forma geral, na virada do século dezenove para o vinte, estes discursos partiam de um diagnóstico grave para apontar a necessidade de mudanças urgentes na sociedade brasileira. Também construía bipolaridades como saúde/doença, progresso/atraso, sujo/limpo, normal/anormal para, por fim, propor projetos regeneradores baseados na ciência, compreendida como fonte da virtude e do bem estar social. Apenas as novas

³ Compreendo, a partir de Michel Foucault, que, ao contrário de certas afirmações anteriores (Rubin, 1975), o dispositivo de sexualidade é posterior (e gerado) pelo dispositivo de aliança. Em outras palavras, o parentesco não ordena a sexualidade, mas a cria. Historiadores (Laqueur, 1990) e teóricos queer já explicitaram como o sexo é uma invenção social e histórica que não precede o gênero (Butler, 1990; 2003).

⁴ Vale lembrar que, na acepção foucaultiana, discursos são práticas que criam incessantemente os objetos aos quais se referem. Portanto, discursos não são apenas textos. Além disso, textos têm o poder de construir verdades e direcionar a ação política, governamental e – até mesmo – individual.

teorias científicas impediriam a propagação de doenças e, sobretudo, a proliferação de casos patológicos que ameaçassem o organismo social.⁵

Segundo Nancy Leys Stepan, a partir da proclamação da República a “ciência emerge como uma ferramenta de crescente autoridade para a interpretação social e, especialmente, racial.” (1990, p.114) As elites temiam a violência e o perigo que projetavam nos negros e mulatos, daí a necessária intersecção entre as discussões sobre o “povo” com a questão racial. As teorias sobre a necessidade de construção da nação eram marcadas com a preocupação com a composição racial do país e tinha como foco os pobres, basicamente negros e mulatos, percebidos como “ignorantes, doentes e cheios de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidez.” (p.126)

Desde meados do século XIX, os chamados “desvios” foram compreendidos a partir de duas causas: degeneração de fundo hereditário e produto da desordem social causada pelas grandes e profundas transformações históricas. A própria idéia de degeneração explicitada por Bénédict-Augustin Morel em seu *Tratado sobre Degenerações Físicas, Intelectuais e Morais* (1857) surgiu a partir de sua vinculação aos supostos efeitos do progresso, da urbanização e da industrialização. A degenerescência foi definida pelo estudioso francês como uma síndrome específica de declínio psiquiátrico que ocorria em famílias (Borges, 2005, p.45), mas em fins do século, os intelectuais brasileiros usavam o termo de forma ampla, associando o declínio familiar à mistura racial, portanto, o controle da sexualidade e a construção da nação.

Ao menos até a década de 1920, “muitos psiquiatras brasileiros continuaram acreditando que os ‘males’ decorrentes da civilização e do progresso (...) estavam entre os principais fatores responsáveis pela crescente degeneração e pela proliferação das doenças mentais nas sociedades modernas.” (Engel, 1998-1999, p.551) Eles também afirmavam que os negros, e principalmente os mestiços, predispunham-se à loucura e que todos os considerados “incapazes” de se adaptarem às normas sociais eram

⁵ Há grande similaridade entre este discurso no Brasil e o que vigorava na Europa. Para um estudo sobre o contexto europeu das relações entre literatura e darwinismo-social, sobretudo a partir das associações entre nação, raça e sexualidade consulte Miskolci (2003b).

degenerados. Percebe-se que sob tal diagnóstico residia a preocupação com a reprodução da sociedade, o que justificava a intervenção e o controle da sexualidade para fins reprodutivos e manutenção e disseminação de valores morais burgueses através da nova estrutura familiar emergente.⁶

O discurso sobre a degeneração fortaleceu um modelo biológico de compreensão das identidades fincado na teoria da hereditariedade, assim psiquiatras afirmavam que o caráter dos indivíduos era produto de uma boa ou má herança genética. Bons casamentos originavam filhos sadios e moralmente corretos enquanto casamentos ruins originariam indivíduos tendentes ao desvio⁷. A degeneração era considerada hereditária, sem a menor possibilidade de cura e, portanto, uma condição definitiva que se manifestaria em estigmas físicos, como estrabismo, orelhas imperfeitas, crescimento atrofiado, mas, acima de tudo, em uma série de doenças mentais, tais como histeria, egoísmo exagerado, pessimismo, apatia, impulsividade, misticismo e falta absoluta de noção sobre o certo e o errado (Hawkins, 1997, p.219; Miskolci, 2005, p.18). A classificação-acusação de degenerado legava ao seu portador um destino inevitável de fraqueza, doença e comportamento social perigoso.

A partir da segunda metade do século XIX, a literatura, o discurso médico e o pensamento social começaram a ser marcados por dados e imagens sobre as consequências “degenerativas” da modernidade. A urbanização e a industrialização produziram um fascínio por temas como doenças físicas e mentais, suicídio, crime, prostituição e desvios sexuais (Hawkins, 1998). Para muitos, a degeneração parecia ter adquirido um potencial endêmico e, no caso brasileiro, ansiedades e temores particulares a nossa ordem social pós-escravidão geraram pânico morais retratados em diversos romances.

⁶ Compreendo sexualidade a partir da definição de Foucault, segundo o qual “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (Foucault, 2005, p.100)

⁷ Michel Foucault explica como a psiquiatria se tornou uma ciência da sanidade das uniões ou casamentos em seu curso de 1975 no *Collège de France*, o qual foi publicado em português como *Os Anormais*. A relação entre família, casamento e normalização é explorada especificamente na aula de 12 de março de 1975 (2000, p.335-370).

Aqui, diferentemente do que ocorria nos países centrais, cultuava-se o progresso como panacéia e via-se com temor a nova ordem social instaurada pela abolição da escravidão. Diante deste quadro, a Primeira República reinscreverá as desigualdades do antigo regime imperial-escravista dentro de um novo regime de verdade marcado pelo darwinismo-social, o qual permitiu “tratar desigualmente os desiguais” sem estender a igualdade à população negra, mestiça e pobre (Alvarez, 2005, p.85). A seguir, apresentamos uma análise exploratória sobre o processo histórico que formou a sociedade brasileira republicana.

A “sexualização da raça” e a “racialização do sexo” no Brasil

A partir da independência, a construção da nação brasileira levada a cabo pelo Império se deu marcada por um imaginário romântico de idealização do indígena, pela moralidade católica e pelo regime patriarcal. A partir da década de 1870, as transformações econômicas, políticas e culturais permitiram a emergência de um novo paradigma de compreensão da nacionalidade fincado em explicações científicas, em uma crítica ao poder da Igreja e na instauração progressiva de um novo modelo de família e, por conseguinte, de organização social (Alonso, 2002).

A compreensão “científica” da sociedade como população e de seus problemas como “biológicos” marcam um novo período da história brasileira, dentro do qual passa a vigorar o biopoder. É dentro deste novo regime de verdade marcado pela ciência que se instaura, paulatinamente, uma ordem social burguesa, agnóstica e republicana. A Primeira República seguirá um imperativo nacional, ou seja, a reconstituição da nação em novos termos. Sai o indígena do ideário mitologizante do Império e adentra a problemática racial de uma sociedade que herda as mazelas da escravidão sem conceder aos libertos a cidadania plena. No que concerne à família, há uma transformação progressiva de sua estrutura, a qual, apesar de polêmicas sobre a

manutenção ou mudança em relação ao período anterior, é inserida dentro desta ordem biopolítica como “célula mater” da sociedade.

É neste contexto, entre a decadência do Império e a consolidação da República, que se dá a emergência, no Brasil, do dispositivo da sexualidade. Segundo Michel Foucault, dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.” (Foucault, 2006, p.244) Esta definição evidencia a necessidade de uma perspectiva histórica em uma análise que busque reconstituir e analisar um dispositivo, pois como afirmou Foucault em *A Vontade de Saber*: “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (Foucault, 2005, p.89) É possível reconstituir esta situação estratégica na sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX por meio de uma análise sociológica das relações entre literatura, discurso científico e práticas sociais.

Além de necessariamente histórica, a análise da emergência da sexualidade deve atentar para o fato de que a rede que forma este dispositivo se configurou de forma particular em nossa sociedade. No caso brasileiro, a biopolítica se dará a partir de uma articulação singular entre dispositivos que, ao mesmo tempo, inserem o sexo em formas de regulação e controle social associados ao imperativo nacional, leia-se, a busca de constituição de uma coletividade racialmente saudável. Aqui, de forma distinta da Europa, o dispositivo da sexualidade emergiu articulado ao de racialização de forma que vemos, na virada do século XIX e no início do século XX, a constituição de um processo de sexualização da raça e racialização do sexo.

Alguns romances deste período oferecem elementos para a reconstituição deste processo duplo. Tais narrativas colocaram em xeque o “imperativo nacional”, ou seja, o ideal de coesão coletiva expresso na concepção corrente de nação brasileira. O *Ateneu*

(1888), *Bom Crioulo* (1895) e *Dom Casmurro* (1900) são algumas das obras literárias cuja análise sociológica e histórica permite problematizar este modelo e evidenciar processos sociais normalizadores, a constituição de identidades sociais medicalizadas e a inserção do dispositivo de aliança na ordem da sexualidade, enfim, problematizar a unidade coletiva ao revelarem diferenças, resistências e contradições.⁸

No Brasil, se deu uma constituição mútua da sexualidade e da raça, processo que a socióloga britânica Avtar Brah (2006) afirma ser um processo constitutivo da história de sociedades pós-coloniais. No Brasil, o dispositivo de sexualidade emergiu e operou de forma distinta da Europa. Isto se deu por várias razões, mas especialmente porque aqui não era possível seguir os mesmos padrões eugênicos dos países centrais, o que fez com que o imperativo nacional ocultasse o papel central da sexualidade ao privilegiar discussões sobre “raça”. As idéias darwinistas-sociais discutidas em tratados e romances focavam na hereditariedade, portanto pressupunham critérios de seleção de indivíduos aptos e uniões aceitáveis para a “construção” da nação, esta comunidade imaginada como conjunto homogêneo de características morais e culturais (Anderson, 1993).

Neste contexto, o biopoder só pôde se exercer com base em certa forma de racismo, pois se constituiu em processos sociais de categorização conectados ao objetivo de suprimir “ameaças” e, portanto, defender e fortalecer a parte da sociedade considerada desejável. Análises sociológicas de romances, historicamente orientadas, podem explicitar as normas que balizavam a constituição desta identidade coletiva dentro da qual deveriam se inserir, devidamente disciplinadas, as individuais.⁹ Tais estudos devem atentar para a forma particular como se deu a associação entre o racismo e a sexualidade em determinada sociedade, ou seja, para as especificidades de seu processo de normalização.

Segundo Michel Foucault, o dispositivo de sexualidade é um dispositivo histórico do poder que caracteriza as sociedades ocidentais modernas e, no final do século XIX, se baseou na inserção do sexo em sistemas de utilidade e regulação social

⁸ Sobre O Ateneu consulte Balieiro (2007), sobre Bom Crioulo veja Lara (2007) e a respeito de Dom Casmurro Miskolci (2006b).

⁹ Sobre a necessidade do racismo para o funcionamento do bio-poder consulte FOUCAULT, 2000, em especial a última aula do curso, p.285-316.

que tinham quatro frentes estratégicas: 1. Saturação do corpo feminino pela sexualidade devido à sua importância reprodutiva; 2. a pedagogização do sexo da criança, em tese devido aos perigos morais e físicos a que estariam expostas, o que afetaria diretamente a coletividade (ou nação); 3. a socialização das condutas de procriação, devido ao caráter estratégico do casal burguês para a reprodução social e 4. a psiquiatrização do prazer perverso, aspecto fundamental para a invenção e manutenção de padrões de conduta (Foucault, 2005, p.99-100). Assim, graças a estes quatro micro-dispositivos sobre o sexo surgiram identidades sociais medicalizadas como a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso.

A partir do exposto, evidencia-se a presença da criança ou adolescente “sob ameaça” em *O Ateneu* (1888), o adulto perverso que emerge nas páginas de *Bom-Crioulo* (1895), este universo social sob processo de normalização apresentado na desconstrução do ideal de família burguesa em *Dom Casmurro* (1900) (Miskolci, 2006b). Estas obras auxiliam a compreender, no contexto brasileiro, como aqui se consolidou o que teóricos queer apontam como objetivo central do dispositivo de sexualidade, ou seja, a instauração de uma ordem social heteronormativa (Warner, 1993). Em nosso país, o entrelaçamento de discursos (científicos e literários) e práticas voltados para a construção da nação resultaram em um processo de classificação e hierarquização das novas identidades sociais a partir de critérios ainda não expostos.

Hierarquias se constituem a partir da diferença, ou seja, da “designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada).” (Scott, 1998, p.297) Estas normas podem ser trazidas ao discurso por meio das fontes teóricas de nossos intelectuais assim como das representações sociais encontradas na literatura do período. Ambas são esclarecedoras (e complementares) em relação aos padrões raciais, de gênero e até mesmo com relação à nova ordem da sexualidade que se consolidou na sociedade brasileira.

Este processo de criação do(s) Outro(s) e de sua subordinação no Brasil da virada do século XIX para o XX exige reconstituir historicamente as práticas discriminatórias (talvez ainda vigentes) que dependiam da invenção e patologização de

certas “diferenças”, as quais ligam o saber darwinista-social à sexualidade como uma espécie de resposta à “fantasia que dramatiza o desejo impossível [particularmente no caso de uma sociedade mestiça como a nossa] de uma origem pura, não-diferenciada.” (Bhabha, 2005, p.125). A relação entre o saber e esta fantasia tornam a literatura do período, com suas características naturalistas e/ou realistas de retrato das problemáticas de nossa sociedade, um terreno privilegiado para a investigação sociológica e histórica.

Nação e Normalização

Edward W. Said afirma que é possível reconhecer e construir um arquivo internamente estruturado a partir da literatura que retrata e é parte de certas experiências históricas (cf. Said, 1978, p.58). Este procedimento que marca os Estudos Culturais não deve ser confundido com a tentativa estéril de extrair apenas dos romances seu princípio unificador (Bourdieu, 2005, p.308). A constatação de Said evidencia a possibilidade de, a partir do eixo em obras literárias, compreender a articulação entre discursos científicos e práticas sociais para reconstituir a “moldura” na qual se inserem determinadas “visões de mundo”, ideologias ou, nos termos foucaultianos aqui privilegiados, regimes de verdade.

As obras literárias brasileiras de fins do dezenove expressam uma clara preocupação com “nossa definição enquanto povo e nação perante o mundo civilizado.” (Herschmann, 1996, p.12) Preocupação marcada por uma articulação saber-poder presente na relação entre o darwinismo-social brasileiro e o dispositivo de sexualidade. A análise de alguns romances pode contribuir para a reconstituição histórica do regime de verdade vigente naquele período e questionar seu modo de representação da alteridade.¹⁰ Isto sem cair na armadilha da ilusão da “unidade cultural”

¹⁰ Se tomarmos regime de verdade como imaginário, então a escolha da análise sociológica de romances se justifica pelo fato de que “Obras de arte são determinadas por seu tempo não no sentido de que são

de uma época, pois se trata de um procedimento sociológico que busca examinar, em uma configuração histórica e social específica, as homologias entre campos distintos (em nosso caso, os campos científico e literários, ambos pouco delineados e fracamente autônomos) assim como as trocas diretas entre eles (Op. Cit., p.227). Em outras palavras, o que delimita o empreendimento investigativo não pode ser apenas um recorte temporal ou espacial, antes o foco em uma problemática comum que marca as obras literárias, a produção científica e a política do Estado brasileiro do período.¹¹

A problemática comum se expressa de forma indireta, mas pode ser reconstituída por seus efeitos, em particular pela descoberta de como os discursos da época se inserem em um regime de verdade. A análise dos discursos pode reconstituir historicamente a problemática por meio do procedimento metodológico conhecido como “desconstrução”. Ao “desconstruir” discursos explicitamos o regime de verdade, o que o torna passível de avaliação crítica pelas fissuras e contradições mesmas que o constituem. Trata-se, portanto, de estratégia metodológica que busca descobrir, a partir do não exposto ou oculto, os próprios termos que permitiram sua hegemonia.

Um dispositivo histórico de poder é sempre ligado a certas coordenadas do saber que provém dele, mas também o condicionam. Assim, a análise de obras literárias permite uma inserção nas problemáticas do período histórico em foco, pois romances da época explicitam a relação entre saber e poder dentro dos processos sociais de classificação e hierarquização de identidades que permitiam a discriminação, o controle social e o domínio daquelas consideradas desviadas ou abjetas. Sobretudo, a produção literária, freqüentemente em uma relação ambígua com os saberes, constitui objeto privilegiado de pesquisa no intuito de trazer ao discurso e, portanto, tornar visíveis processos sociais que só podemos reconstituir de forma indireta.

inevitavelmente datadas, antes porque surgem de um imaginário comum ao artista e sua sociedade.” (Miskolci, 2003b).

¹¹ Segundo Bourdieu, em *As Regras da Arte*, a sociologia da cultura coloca em xeque a “unidade cultural” de uma época, esta ilusão que é uma armadilha da história cultural e a caução teórica de Foucault na noção de *episteme*. (Bourdieu, Op. Cit., p.227) Sua proposta de inserir cada estudo em seu contexto histórico e social examinando as homologias e trocas entre os campos é muito refinada, mas exige cuidado para não sobredeterminar a produção artística com as lutas dentro e entre os campos. No caso desta pesquisa no Brasil do *fin-de-siècle*, os campos não eram bem delimitados nem autônomos, o que permite trabalhar mais com as trocas diretas e evitar dar peso excessivo aos confrontos posicionais dos agentes.

Segundo Foucault, a relação entre saber e poder é sempre uma resposta a algo. No caso brasileiro, se buscava responder aos temores de anarquia (vale recordar o mote na bandeira republicana: ordem e progresso), medos engendrados por uma visão negativa da população, considerada uma ameaça a ser purificada, ou melhor, disciplinada e normalizada, pela identificação de seus elementos “degenerados”. Esta concepção da degeneração mescla o racismo-étnico a um outro, voltado contra o anormal, emerge aqui, portanto, algo similar ao observado na Europa por Michel Foucault, “o racismo contra o anormal, é o racismo contra os indivíduos, que, sendo portadores seja de um estado, seja de um estigma, seja de um defeito qualquer, podem transmitir a seus herdeiros, da maneira mais aleatória, as conseqüências imprevisíveis do mal que trazem em si.” (Foucault, 2001, p.401)

Em nossa sociedade pós-escravista, o anormal ganha uma interpretação, ao mesmo tempo, étnica e sexual, que projeta na miscigenação ou no contato social com os negros, mestiços e outros “indesejados” o pânico moral da degeneração. O ideal de nação possui uma dimensão racista, mas já que a “raça” aqui foi sexualizada, este também se articula a um controle da sexualidade. Nos romances do período, é possível verificar esta articulação que explicita os processos de delimitação das diferenças que permitiram o desenvolvimento de mecanismos sociais de discriminação baseados em uma biopolítica de hierarquização racial e sexual. Assim, a análise sociológica objetiva evidenciar as metáforas “científicas”, suas relação com as representações sociais correntes e, sobretudo, a forma como contribuíram ou até mesmo induziram à criação de identidades sociais de forma a classificá-las como aceitáveis ou “desviantes”.¹²

A sexualidade em solo brasileiro se associou à classificação racial (Beluche, 2006), a um processo de generificação da raça (Miskolci, 2003c; 2006; 2006b), de forma que a nação brasileira se constituiu a partir de uma sobreposição única das categorias sexualidade e raça.¹³ Em defesa da sociedade, garantia-se a construção da nação, esta

¹² Sobre normalidade e desvio social consulte Miskolci, 2003a; 2005.

¹³ É importante frisar que, coerente com uma perspectiva sociológica queer, não somamos as categorias gênero, raça e sexualidade para uma análise ampliada. Ao contrário, a proposta é analisar como estas categorias se conectam e se articulam, como em cada contexto sócio-cultural distinto elas se relacionam e, nesta relação particular, se constituem. Sobre a questão veja BHABHA, 2005 e PRECIADO, 2007.

comunidade imaginada como “muitos-como-um”, apenas por meio daquilo que Homi Bhabha define como um sinal de subtração na origem (Bhabha, 2005, p.219). A reconstituição e análise da articulação entre os discursos que formaram nossa versão particular do dispositivo de sexualidade contribuirá para desvelar os processos sociais de “subtração” dos “indesejados”, daqueles que foram silenciados, controlados ou normalizados em nome do ideal coletivo da nação. Este processo serviu ao intuito político e social de negar e/ou invisibilizar diferenças que apontariam formas de contradição e antagonismos.

Durante o século XIX, cientistas postularam analogias entre diferenças raciais e sexuais e tais analogias “naturalizaram-se” na linguagem da ciência de forma que seu caráter metafórico terminou dissimulado. Se como afirma Sander L. Gilman, “nós não vemos o mundo; somos instruídos pelas representações do mundo sobre nós para concebê-lo de um modo culturalmente aceitável” (Gilman, 1982, p.XI) então é compreensível a necessidade de analisar as particularidades das metáforas que faziam parte do discurso de nossos intelectuais neste período de grandes transformações na sociedade brasileira, pois metáforas preestabelecidas, familiares e culturalmente arraigadas tendiam a ser incorporadas tanto pela ciência quanto pela literatura (Borges, 2005, p.49).

As analogias entre raça e gênero baseavam-se nas idéias de que “as raças inferiores representavam o tipo ‘feminino’ das espécies humanas, e as mulheres representavam a ‘raça inferior’ de gênero.” (Stepan, 1994, p.79) Na sociedade brasileira, em processo de supressão do escravismo e aburguesamento da estrutura social, essa interseção entre gênero, raça e sexualidade teve conseqüências ainda pouco analisadas. Negros, mulatos, mulheres e homossexuais são identidades que se formaram neste período a partir de discursos que as viam como focos de “ameaça” à ordem, daí serem associadas crescentemente à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental.¹⁴

¹⁴ Sobre fontes históricas a respeito da invenção da identidade homossexual no contexto brasileiro de fins do dezenove veja GREEN e POLITO, 2004. Sobre o desenvolvimento de uma sociabilidade homossexual a partir do século XX consulte GREEN, 2000.

Eve Kosofsky Sedgwick (1985) afirma que cada sociedade define o que é sexual ou não, assim como avalia a aceitabilidade ou rejeição de certas relações a partir de critérios próprios à sua estrutura de poder. Coerente com esta afirmação, torna-se plausível explorar a especificidade do caso brasileiro de forma a compreender como aqui se engendraram novas relações de poder a partir de processos sociais singulares que geraram critérios próprios de classificação, hierarquização e controle social dos “degenerados”.

Segundo Michel Foucault, é possível datar quando a sexualidade se torna central no pensamento psiquiátrico europeu a partir da publicação do *Psychopathia Sexualis* de Heinrich Kaan em 1844. O mesmo só se dá no Brasil mais tarde, em uma tese de 1871, portanto já associado a outra questão: o temor da iminente abolição da escravatura. Segundo Renato Beluche (2006), há evidências históricas suficientes para afirmar que, em nosso país, a sexualidade ganha importância, desde o início, associada à questão racial e ao temor da miscigenação.

Uma proposta de análise sociológica e histórica baseada na intersecção de categorias exige refletir sobre como evitar a mera somatória das duas. Articular categorias impõe avaliar a existência de eixos analíticos. Neste sentido, a partir das discussões anteriores de como o regime de verdade de fins do dezenove articulava dispositivos de poder (racialização e sexualização) é possível apontar um possível eixo de análise nos efeitos esperados (ou mesmo alcançados) por meio de sua articulação. Os dois dispositivos contribuem para a “naturalização” de determinadas diferenças e desigualdades, portanto, de forma a tornar invisíveis relações de poder inscrevendo-as em uma aparente “ordem natural”.

A partir do exposto, revela-se possível especular sobre quais os efeitos da articulação de sexualização e racialização a partir dos quais podemos acessá-las, reconstituí-las e analisá-las. Uma possibilidade se apresenta no que teóricos queer denominam de heteronormatividade:

“Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça

coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.” (2002, p.230)

A heteronormatividade sintetiza os mecanismos e valores que fazem valer a heterossexualidade compulsória e constitui um conjunto de micro-dispositivos histórica e culturalmente específicos. Ela pode se revelar um dos pontos de confluência do processo de racialização do sexo e sexualização da raça que marcou a sociedade brasileira a partir do final do século XIX, pois – como objetivo ideal ou moral – têm como constituinte prescrições que vão muito além da imposição de se relacionar sexualmente com alguém do sexo oposto.

A heteronormatividade é marcada por discriminações e, principalmente, hierarquias. Ela não constitui apenas a heterossexualidade como a própria forma “natural” da sexualidade, mas prescreve parceiros ideais, os quais auxiliam na manutenção de diversas formas de homogamia: relações com parceiros da mesma “raça”, mesma classe, religião, etc. É discutível se ela é o eixo privilegiado para a análise interseccional, mas o foco nela contribui para a reflexão sobre as formas “invisíveis” de estratégias do poder nas quais se inserem os processos sociais e históricos de sexualização e racialização. Heteronormatividade vincula gênero, sexualidade e raça como necessariamente inseridos e produto de um processo particular de normalização.

Uma das contribuições da Teoria Queer – herdada do marxismo culturalizado de Gramsci e dos Estudos Culturais - é a de atentar para as relações de poder cuja “invisibilidade” torna-as mais eficientes. O axioma queer de que o binário hetero-homo marca toda a história contemporânea do Ocidente convida a associar a ele, no caso brasileiro, um outro: o da centralidade da raça na constituição de nossa sociedade. Aqui, a sexualização da raça e a racialização do sexo talvez formem um único processo que pode ser compreendido por meio de uma análise que tenha como eixo a reconstituição histórica de nossa versão particular do biopoder, a qual só pode se desenvolver por se

assentar em um regime de verdade específico que orienta e dá coerência aos discursos científicos, literários e às políticas estatais da Primeira República.

Este artigo buscou apresentar e discutir hipóteses teórico-metodológicas de uma pesquisa em andamento. A principal delas seria a de que o corte histórico e social perceptível na sociedade brasileira finissecular se deu pela emergência de um dispositivo de poder singular, no qual um novo regime de verdade constituiu solo profícuo para a instauração de um processo eficiente e articulado de sexualização e racialização. O desafio de compreender este dispositivo duplo se confunde com o de “desconstrução” do regime de verdade marcado pelo ideal de construção da nação – homogênea e sem conflitos – que justificou meios de normalização social constitutivos de uma sociedade fundada em formas de hierarquização e controle social que mal começamos a compreender.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento – A Geração 1870 na Crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, Juristas e Criminologistas – A Nova Escola Penal**. São Paulo: Método, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993.

ASSIS, J. M. Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1992.

BALIEIRO, Fernando F. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: a disciplinarização da sexualidade no internato da “mais fina flor da elite brasileira”. Caxambu, ANPOCS/GT Sexualidade e Ciências Sociais, 2007.
http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/10_10_2007_14_45_50.pdf

BELUCHE, Renato. **O Corte da Sexualidade: O Ponto de Viragem da Psiquiatria Brasileira no Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Orientador: Richard Miskolci. São Carlos, Programa

de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFSCar, mimeo, 2006. (será publicado pela Annablume Editora/ no prelo).

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Icaria, 2002. p.229-257.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **Nation and Narration**. London: Routledge, 2000.

BOCAYUVA, Helena. **Sexualidade e Gênero no Imaginário Brasileiro: Metáforas do Biopoder**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BORGES, Dain. “Inchado, Feio, Preguiçoso e Inerte”: A Degeneração no Pensamento Social Brasileiro, 1880-1940. Tradução de Richard Miskolci. In: Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. **Teoria & Pesquisa**. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Departamento de Ciências Sociais, 2005, p.43-70.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte** : gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: **cadernos pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006, n. 26. p. 329-376.

BRISTOW, Joseph. **Sexuality**. London: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [1990]

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1983.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21. n. 60 São Paulo: ANPOCS, 2006. p.117-134

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, Martins Fontes, 2000.

_____. **História da Sexualidade 1**. A Vontade de Saber. São Paulo, Graal, 2005.

_____. **Os Anormais**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. p. 345-362

GILMAN, Sander L. **Seeing the Insane**. New York, John Wiley, 1982.

GOODE, Erich & BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral Panics – The Social Construction of Deviance**. Malden, Blackwell Publishing, 2003.

GREEN, James N. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

GREEN, James N. e POLITO, **Frescos Trópicos**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.

HALPERIN, David. M. **How to do the history of homosexuality**. Chicago, University of Chicago Press, 2002.

_____. **One Hundred Years of Homosexuality**. New York, Routledge, 1990.

_____. **Saint Foucault: Toward a Gay Hagiography**. New York, Oxford University Press, 1995.

HAWKINS, Mike. **Social Darwinism in European and American Thought 1860-1945 – Nature as a Model and Nature as a Threat**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HERSCHMANN, Micael. **Missionários do Progresso**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

JOBIM, José Luiz. (Org) **A Biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2001.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará,

LARA, Oswaldo. A Teoria Queer e as Sexualidades no Contexto Brasileiro: Desafios Teórico-Metodológicos. Caxambu, ANPOCS/GT Estudos de Gênero: Teoria e Pesquisa, 2007. http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/15_10_2007_12_13_11.pdf

MISKOLCI, Richard e CARVALHO, Sheila Abadia. A Tal e a Qual: Representações Racializadas da Mulher na Literatura Brasileira. Florianópolis, **Fazendo Gênero VII – Gênero e Preconceito**, 2006.

MISKOLCI, Richard . Ameaças do Presente (resenha do livro *American Eugenics* de Nancy Ordovery). **cadernos pagu**, Campinas, n.21, p.1327-334, 2003.

_____. Do Desvio às Diferenças. In: **Teoria & Pesquisa**. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005. p.9-42

_____. Figuras do Desvio: O Artista na Obra de Thomas Mann. In: **Itinerários**. Araraquara: Pós-Graduação em Estudos Literários-UNESP, 2005b. p.217-233

_____. Machado de Assis, o Outsider Estabelecido In: **Sociologias**. Porto Alegre : UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2006a. p.352-377.

_____. O Vértice do Triângulo: Relações de Gênero e Sexualidade em Dom Casmurro In: VIII Congresso Bianual da Brazilian Studies Association (BRASA). Nashville, EUA, outubro de 2006 e também apresentado e publicado no **CD Fazendo Gênero VII – Gênero e Preconceito**. Florianópolis: UFSC, 2006b.

_____. Pânicos Morais e Controle Social: Reflexões sobre o Casamento Gay. Dossiê Sexualidades Disparatadas In: **cadernos pagu** v. 28 Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007.

_____. Reflexões sobre Normalidade e Desvio Social. In: **Estudos de Sociologia**. Araraquara, Dep. Sociologia/Pós-Graduação em Sociologia, v.13/14, 2003a, p.109-126.

_____. Sensualidade à Brasileira. IN: **História Viva**. . n. 27 São Paulo: Duetto, 2006c. p.44-45.

_____. **Thomas Mann, o Artista Mestiço**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003b.

_____. Uma Brasileira – A Outra História de Julia Mann. **cadernos pagu**, Campinas, n.20, p.157-176, 2003c.

ORDOVER, Nancy. **American Eugenics: Race, Queer Anatomy, and the Science of Nationalism**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu: crônica de saudades*. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.

PRECIADO, Beatriz. **Entrevista a José Carrillo**. Mimeo, 2004, p. 243-261. Disponível online em <http://www.arteleku.net/4.0/pdfs/preciado.pdf> Entrevista republicada em **cadernos pagu** v.28 Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge & Keagan Paul, 1978.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire**. New York: Columbia University Press, 1985.

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Cambridge-MA, Blackwell, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador – Um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 2000^A.

_____. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Cia das Letras, 2000^B.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

_____. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000^B.

SCOTT, Joan W. “A Invisibilidade da Experiência.” **Projeto História**. São Paulo, 1998, p.297-325.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. (edição em inglês, 1996)

_____. Eugenics in Brazil In: **The Wellborn Science – Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. p.110-152

_____. Raça e Gênero: O Papel da Analogia na Ciência. In: **Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura**. Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.) Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **The Idea of Race in Science: Great Britain 1800-1960**. London: The MacMillan Press, 1982.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e uma história: o naturalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1994.

THOMPSON, Kenneth. **Moral Panics**. London, Routledge, 1998.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

WARNER, Michael. (editor) **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1993.